



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TARDE

TÉCNICO - APOIO ESPECIALIZADO - EDIFICAÇÃO

PROVA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1

Menos mortes e engarrafamentos: movimento quer reduzir a velocidade nas cidades brasileiras (adaptado)

Por Marcela Donini e Tiago Medina

Mais que uma mudança de cidade e país, a vida da fonoaudióloga Paula Dallegrave Priori mudou de estilo a partir de 2021. Acompanhada do marido e da filha, então com menos de 3 anos, ela trocou Porto Alegre por Barcelona. O carro da família, tão necessário para deslocamentos na capital gaúcha, ficou do lado de cá do oceano. Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.

“A percepção do trânsito em relação a Porto Alegre é bem clara: aqui é muito melhor. Não percebemos o ambiente tóxico que é o trânsito aí”, compara ela, usuária frequente do metrô, além de pedestre habitual. Aliás, caminhar na rua com a filha é, agora, mais tranquilo. “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegue prever o que vai acontecer.”

Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021. Desde então, os limites na maioria das vias urbanas de todas as cidades espanholas são de até 30 km/h [...].

Um movimento no Brasil quer entrar nessa onda e readequar os limites nas vias das cidades de todo o país. A União de Ciclistas do Brasil (UCB), em parceria com outras entidades como a Fundação Thiago Gonzaga, propõe uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro que fixaria em 60km/h o máximo permitido nas vias de trânsito rápido e 50km/h nas vias arteriais. [...] O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.

[...]

O documento publicado pela entidade apoia-se ainda em experiências brasileiras e estrangeiras nas quais a redução das velocidades levou a maior segurança no trânsito. São Paulo, por exemplo, fez alterações significativas nesse sentido desde 2011. Em 2015, foram reduzidos os limites em duas das principais vias expressas, as marginais Tietê e Pinheiros [...]. O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.

Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população. Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito, e 9 em cada 10 consideram alto o número de mortes nas vias brasileiras. Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.

[...] “As pessoas sempre pensam que vão ter perda se forem mais devagar. Ao contrário, o trânsito flui melhor”, diz, citando o exemplo da ponte Rio-Niterói, onde o limite passou de 110km/h para 80km/h e houve melhoria na fluidez. “Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades”, explica.

Ana Luiza Carboni, coordenadora do projeto Vias Seguras, destaca uma ilustração didática aprendida com a engenheira de transportes e professora da Universidade Federal de Alagoas Jessica Lima. “Pense em uma torneira aberta, com ralo pequeno. Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular. Se abrir menos, ela vai escoar, vai passar mais lentamente, mas constantemente”, exemplifica. “É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média. As cidades são feitas de gargalos. Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo”, completa.

[...]

Status do carro

Em cidades planejadas para o carro, não à toa a população mais vulnerável no trânsito são pedestres, ciclistas e motociclistas – e dentro desse grupo, as vítimas mais comuns são pessoas negras, destaca Carboni.

Para a engenheira civil e gerente de mobilidade ativa do WRI, Paula Manoela dos Santos, a questão geracional é chave na mudança de visão que ainda precisa ser feita para o carro deixar de ser visto como o elemento central na mobilidade. “Ainda habita em nós uma questão de status do carro. A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro. Para as pessoas, nem sempre. Diria que até é um pouco marginalizada, como considerar que quem anda de bicicleta não teve sucesso”, diz.

Carboni sabe bem do que Santos está falando. A ativista, que não tem carro há oito anos, costuma contar a história de suas idas ao mercado: “Na hora de pagar, sempre perguntam se tenho o ticket do estacionamento, e eu respondo que não tenho carro. Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prover um pra você’”.

Apesar de o caminho até um trânsito mais seguro ser longo, os especialistas ouvidos pelo Matinal são otimistas. Bohn lembra que já se avançou muito: “Hoje não é mais aceitável beber e dirigir como era 20 anos atrás”. A engenheira da WRI faz questão de ressaltar que as novas gerações têm outro entendimento, especialmente em relação ao carro.

Paula que o diga. A porto-alegrense cuja história abre a reportagem tem convicção de que o novo estilo de vida irá mudar a perspectiva da filha, de 4 anos, sobre mobilidade. “Hoje, ela está muito mais acostumada a ver as pessoas fazendo as coisas de bicicleta. Os ciclistas enfrentam dia de chuva, de frio. Isso é normal”, diz. Além do automóvel, também ficou para trás o hábito de entregar o celular na mão da pequena para driblar a impaciência dos momentos de trânsito parado.

Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/reduzir-velocidade-nas-cidades-brasileiras/>

1

O texto 1 discute o problema da segurança no trânsito. A alternativa que identifica, de acordo com o texto, uma *causa indireta* dos acidentes de trânsito é:

- (A) respeito ao pedestre;
- (B) sobrecarga do serviço público de saúde;
- (C) alteração do Código de Trânsito Brasileiro;
- (D) *status* do carro;
- (E) desenvolvimento de um novo estilo de vida.

2

“Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.”

O trecho do texto 1 destacado na passagem acima corresponde a uma *tese*. A alternativa em que um dado estatístico é apresentado como argumento em favor dessa tese é:

- (A) “Quanto menor a velocidade, menos lesões, menos lesões graves e menos mortes.”
- (B) “O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.”
- (C) “Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito.”
- (D) “Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.”
- (E) “Em São Paulo, houve forte resistência em diferentes setores da sociedade logo após a decisão de reduzir a velocidade nas marginais.”

3

Do ponto de vista da organização estrutural, observa-se no texto 1 uma oposição entre, de um lado, o bloco introdução/conclusão (parágrafos 1, 2 e 13) e, de outro, o bloco do desenvolvimento (parágrafos 3 a 12). Essa oposição decorre da predominância, em cada um desses blocos, de estratégias composicionais distintas.

A alternativa que captura corretamente a oposição entre as estratégias composicionais predominantes em cada um desses blocos, respectivamente, é:

- (A) função fática X função referencial;
- (B) situações factuais X situações hipotéticas;
- (C) sequências descritivas X sequências injuntivas;
- (D) discurso indireto X discurso indireto livre;
- (E) perspectiva particularizante X perspectiva generalizante.

4

“A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro’.”

O processo de leitura requer a integração de informações disponíveis no material textual com informações presentes no conhecimento de mundo do leitor.

Integrando-se essas duas fontes de informações, conclui-se que a passagem do texto 1 destacada acima dispara, implicitamente, a ideia de que:

- (A) a bicicleta não é um meio de transporte apropriado em condições climáticas adversas;
- (B) o Código de Trânsito Brasileiro não valoriza devidamente a bicicleta;
- (C) no senso comum, a bicicleta é tratada como equipamento destinado ao lazer ou a atividades físicas;
- (D) gerações mais novas têm revelado uma mudança de mentalidade no que tange à mobilidade urbana;
- (E) a redução da mortalidade no trânsito ainda não pode ser considerada uma realidade.

5

“Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades’, explica.”

Essa passagem destacada do texto 1 faz referência à substituição do termo “redução” pelo termo “readequação” no debate sobre os limites de velocidade no trânsito.

No texto 1, essa substituição é justificada com base no seguinte raciocínio:

- (A) carros não devem ser vistos como símbolos de poder;
- (B) o ritmo frenético da vida nas grandes cidades é nocivo para a população;
- (C) metade da população concorda que limites de velocidade mais baixos acarretariam menos óbitos;
- (D) redução da velocidade máxima não implica redução da velocidade média;
- (E) as gerações mais novas rejeitam a ideia de uma vida sem carro.

6

“Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021.”

Levando-se em conta tanto o significado individual das palavras sublinhadas na passagem do texto 1 destacada acima quanto o contexto mais amplo do texto 1, é possível definir a expressão “mobilidade ativa” como:

- (A) readequação dos limites de velocidade;
- (B) deslocamento não motorizado;
- (C) diminuição do índice de lesões graves;
- (D) incentivo à cordialidade no trânsito;
- (E) eliminação de gargalos.

7

Em diversas passagens do texto 1, um pronome pessoal é empregado com sentido genérico, isto é, em referência a um conjunto indeterminado de indivíduos (e não em referência apenas aos interlocutores).

O único caso em que esse emprego genérico NÃO se verifica é:

- (A) “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegues prever o que vai acontecer.”
- (B) “Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular.”
- (C) ““Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo’.”
- (D) ““Ainda habita em nós uma questão de status do carro’.”
- (E) “Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prever um pra você’.”

8

“Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades’, explica.”

Nessa passagem do texto 1, o emprego do itálico em “redução” e “readequação” cumpre a função de:

- (A) atenuar o impacto das palavras destacadas, dada sua relevância para o texto;
- (B) indicar que os termos em destaque foram usados de forma imprecisa ou pouco usual;
- (C) indicar que as palavras em destaque são termos técnicos, pertencendo a um jargão profissional especializado;
- (D) marcar que os itens destacados fazem referência a palavras específicas, e não a conceitos;
- (E) sinalizar que as palavras destacadas são estrangeirismos.

9

“O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.”

Nesse fragmento do texto 1, um verbo flexionado no futuro do pretérito veicula um significado específico.

Dentre as frases abaixo, aquela em que o verbo sublinhado apresenta o mesmo valor semântico observado na passagem acima é:

- (A) Este projeto, se colocado em prática, mudaria a vida de muita gente.
- (B) A testemunha afirmou que o motorista teria fugido sem prestar socorro.
- (C) Você podéria me fazer um favor?
- (D) Tinha ficado combinado que João faria o trabalho.
- (E) João prometeu que iria ao evento.

10

“Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.”

A conjunção “se” expressa, primariamente, ideia de condição. Em alguns casos, contudo, um valor semântico adicional se soma a esse significado mais básico.

Na passagem do texto 1 destacada acima, é possível identificar o valor adicional de:

- (A) concessão;
- (B) consequência;
- (C) conformidade;
- (D) proporção;
- (E) explicação.

11

“É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.” (Texto 1)

Embora os dois períodos da passagem acima não estejam ligados por meio de um conectivo, é possível observar que existe entre eles uma relação lógico-semântica específica.

A proposta de reescritura que preserva essa relação lógico-semântica é:

- (A) À medida que é preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, já fica provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (B) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, pois já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (C) Ainda que seja preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (D) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”; consequentemente, já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (E) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, desde que já esteja provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.

12

“Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.”

A passagem do texto 1 acima reescrita sem mudança substancial de significado é:

- (A) Desde que haja outras experiências dentro e fora do Brasil, comprova-se que há relação entre velocidades menores e menos mortes. Ainda falta, entretanto, comunicar efetivamente esses dados à população.
- (B) Por meio de outras experiências dentro e fora do Brasil, foi comprovada a relação entre velocidades menores e menos mortes, sendo assim ainda falta comunicar efetivamente esses dados aos cidadãos.
- (C) Conforme demonstrado por outras experiências dentro e fora do Brasil, existe relação entre, de um lado, velocidades menores e, de outro, menos mortes. Ainda falta, no entanto, comunicar efetivamente esses dados à população.
- (D) Em havendo outras experiências dentro e fora do Brasil, comprova-se a relação entre velocidades menores e menos mortes, portanto ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.
- (E) Comprovando a existência de relação entre velocidades menores e menos mortes, outras experiências dentro e fora do Brasil ainda devem ser comunicadas efetivamente à população.

Texto 2

Cidade são, mente são?

Por Carlos Leite, Hermano Tavares e Paulo Saldiva

As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.

[...]

Porém, junto com as aglomerações vieram o saneamento precário e a proliferação de patógenos que trouxeram consigo o adoecimento. Talvez seja válido dizer que Logos e Páthos caminham de braços dados pelas ruas das cidades mundo afora.

[...]

Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo como protagonista a biologia dos seus habitantes. De fato, segmentos populacionais menos privilegiados, que ocupam, em sua maioria, as periferias urbanas, combinam um ambiente mais hostil (moradia precária, mau saneamento, maior exposição à poluição do ar e risco de doenças infecciosas) com mais comorbidades, deficiência nutricional, menor acesso à informação, à educação e, sem dúvida, à saúde em si – não apenas física como também mental. [...]

No Brasil, as doenças mentais são o terceiro maior conjunto de morbidades a pesar na sociedade [...]. Um estudo epidemiológico conduzido na região metropolitana de São Paulo mostra que aproximadamente 40% da população urbana preencheu critérios para ao menos um diagnóstico psiquiátrico ao longo da vida [...]. Exposição ao ambiente urbano e privação social foram associados como fatores de risco para todas as condições mentais [...]

Nas favelas, outra questão que se impõe é a da violência urbana. Um estudo epidemiológico sobre o tema mostrou elevada exposição da população a eventos traumáticos (86%), dos quais 11% apresentariam risco para desenvolvimento de um transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), sendo que as mulheres teriam um risco três vezes maior do que homens nesse aspecto. Chama atenção no estudo, o fato de que 35% dos casos identificados de TEPT foram desencadeados pela perda inesperada de um ente querido e 40% devido à violência interpessoal.

Um outro estudo de natureza qualitativa soma a esse panorama, já desolador, o elemento da coerção social. Em muitas dessas comunidades, o poder do arbítrio e o uso da violência como instrumento de controle social, funções atribuídas ao Estado, são complementados – quando não completamente substituídos – pelas sociedades dedicadas ao tráfico de drogas e o crime organizado. [...] Em uma complementaridade pungente ao relato mais técnico do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral [...]

Contudo, o ambiente urbano desafia a saúde mental para além dos seus aspectos sociais, envolvendo questões físicas e materiais como a poluição ambiental e sonora; o espraiamento das cidades e a necessidade de longos períodos de deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa; e, ainda, a progressiva substituição da paisagem natural pela chamada “selva de concreto”. No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando, por força da baixa remuneração, a população mais vulnerável tem que assumir dois ou mais empregos para garantir uma renda condizente. Isso se traduzirá em mais horas de afastamento do domicílio, da família e dos filhos, com maior sofrimento para mulheres e crianças. Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação – perpetuando assim tal ciclo negativo. A evolução dos transtornos mentais reforça a percepção da relevância do amparo à infância como o meio mais efetivo de prevenção desses males. Metade desses transtornos identificados em adultos tiveram seu início antes dos 15 anos de idade – e a maioria começa antes dos 20 anos. [...]

[...]

Nesse sentido, os programas do urbanismo social podem ser instrumento poderoso. [...] Consagrado em Medellín, [...] o urbanismo social é um modelo que pode e deve ganhar maior robustez nas cidades. Ou seja, urge otimizar as valiosas metodologias do urbanismo social para além de seus focos essenciais – urbanização do território, promoção de infraestruturas urbanas, habitação social, equipamentos e serviços públicos, mobilidade etc. [...] Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território, mas o tecido social de confiança, com articulação comunitária construída na vida coletiva e no exercício cidadão. Não à toa, o sucesso de Medellín em grande parte se deve à promoção, desde o início do processo, dos espaços públicos e dos grandes equipamentos públicos onde a vida comunitária é valorizada.

[...]

Melhorar as condições de vida dos habitantes das favelas de modo integral, considerando sempre os aspectos sociais coletivos que impõem diversos tipos de sofrimentos mentais individuais, e ampliar o direito à cidade é também promover o direito à saúde mental. Assim, reciclando a célebre citação do poeta italiano Juvenal, que no século I já pedia uma mente são em um corpo são, cabe-nos trabalhar para promover um ambiente são de modo que mentes-corpos periféricos tenham mais condições de saúde.

Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/cidade-sa-mente-sa/>

13

O texto 2 tem caráter argumentativo. A passagem que melhor sintetiza sua *tese central* é:

- (A) “As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana” (1º parágrafo)
- (B) “O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades” (1º parágrafo)
- (C) “Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação” (7º parágrafo)
- (D) “Não à toa, o sucesso de Medellín em grande parte se deve à promoção, desde o início do processo, dos espaços públicos e dos grandes equipamentos públicos onde a vida comunitária é valorizada.” (8º parágrafo)
- (E) “Melhorar as condições de vida dos habitantes das favelas de modo integral, considerando sempre os aspectos sociais coletivos que impõem diversos tipos de sofrimentos mentais individuais, e ampliar o direito à cidade é também promover o direito à saúde mental.” (9º parágrafo)

14

Ao estabelecer um diálogo com um texto cronologicamente anterior, o título do texto 2 ilustra o fenômeno da intertextualidade.

Por meio dessa referência intertextual, o título do texto 2:

- (A) reafirma a ideia do texto com o qual dialoga;
- (B) amplia a ideia do texto com o qual dialoga;
- (C) refuta a ideia do texto com o qual dialoga;
- (D) desqualifica a ideia do texto com o qual dialoga;
- (E) questiona a ideia do texto com o qual dialoga.

15

“No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando, por força da baixa remuneração, a população mais vulnerável tem que assumir dois ou mais empregos para garantir uma renda condizente. Isso se traduzirá em mais horas de afastamento do domicílio, da família e dos filhos, com maior sofrimento para mulheres e crianças. Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação – perpetuando assim tal ciclo negativo.” (Texto 2)

O “ciclo negativo” mencionado na passagem acima deve ser entendido como:

- (A) repetição de mazelas sociais a cada troca de governo;
- (B) invisibilização de problemas socioeconômicos a cada nova família desfavorecida;
- (C) avaliação do aproveitamento escolar a cada novo estudo epidemiológico;
- (D) reprodução de uma mesma situação trágica a cada nova geração;
- (E) ampliação da desigualdade a cada nova situação de desemprego.

16

O texto 2 apresenta uma linguagem predominantemente objetiva, por meio da qual se busca ocultar a presença do enunciador.

Uma estratégia gramatical adotada para esse fim consiste no emprego de:

- (A) orações coordenadas, como se vê em “O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades”;
- (B) orações adjetivas, como se vê em “De fato, segmentos populacionais menos privilegiados, que ocupam, em sua maioria, as periferias urbanas [...]”;
- (C) voz passiva sintética, como se vê em “Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território”;
- (D) modalizadores, como se vê em “Talvez seja válido dizer que Logos e Páthos caminham de braços dados pelas ruas das cidades mundo afora”;
- (E) locuções adverbiais, como se vê em “No Brasil, as doenças mentais são o terceiro maior conjunto de morbidades a pesar na sociedade”.

17

Embora o texto 2 apresente uma linguagem predominantemente objetiva, diversas passagens exibem marcas da subjetividade do enunciador.

Dentre as alternativas abaixo, a única em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de subjetividade é:

- (A) “Um outro estudo de natureza qualitativa soma a esse panorama, já desolador, o elemento da coerção social.”
- (B) “Ou seja, urge otimizar as valiosas metodologias do urbanismo social para além de seus focos essenciais”
- (C) “Consagrado em Medellín, [...] o urbanismo social é um modelo que pode e deve ganhar maior robustez nas cidades.”
- (D) “Em uma complementaridade pungente ao relato mais técnico do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral [...]”
- (E) “Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território, mas o tecido social de confiança, com articulação comunitária construída na vida coletiva e no exercício cidadão”

18

“As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.”

A reescritura da passagem do texto 2 acima na qual NÃO se verifica nenhum desvio em relação à norma padrão do português é:

- (A) O surgimento das cidades se deveu a necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes propiciou o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (B) O surgimento das cidades pode ser atribuído a necessidade de sobrevivência da espécie humana. Tornou-se imperioso em regiões nas quais o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (C) As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões que o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imprescindível obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (D) As cidades surgiram em consequência da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso que os humanos obtessem alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (E) O surgimento das cidades decorreu da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões nas quais o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era viável, tornou-se imperiosa a obtenção de alimentos por meio de técnicas agropecuárias. Graças ao aumento da produção de nutrientes, tornaram-se possíveis o crescimento e a fixação da população humana em cidades.

19

Em cada alternativa abaixo, apresenta-se a reescritura de alguma passagem do texto 2. A alternativa em que essa reescritura NÃO gerou erro no uso do acento grave no elemento sublinhado é:

- (A) Nesse contexto, a cidade se deve à uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos.
- (B) De fato, segmentos populacionais menos privilegiados combinam um ambiente mais hostil com mais comorbidades, deficiência nutricional, menor acesso à informações.
- (C) Um estudo epidemiológico conduzido na região metropolitana de São Paulo chegou a conclusão de que aproximadamente 40% da população urbana preencheu critérios para ao menos um diagnóstico psiquiátrico.
- (D) Em uma complementaridade pungente às conclusões mais técnicas do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral.
- (E) No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando a população mais vulnerável é forçada a assumir dois ou mais empregos.

20

“Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo como protagonista a biologia dos seus habitantes.”

Uma proposta de reescritura da passagem do texto 2 destacada acima na qual NÃO se verifica erro relativo ao emprego dos sinais de pontuação é:

- (A) A cidade é nesse contexto, o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo assim como protagonista a biologia dos seus habitantes.
- (B) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo, como protagonista, a biologia dos seus habitantes.
- (C) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo assim, como protagonista a biologia dos seus habitantes.
- (D) Nesse contexto, a cidade, é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, assim tendo como protagonista, a biologia dos seus habitantes.
- (E) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo, a biologia dos seus habitantes, como protagonista.

Raciocínio Lógico-Matemático

21

As amigas Carla e Diana fazem aniversário hoje. Há 6 anos, quando Carla fez 7 anos, Diana deu um cachorrinho recém-nascido para Carla, que deu o nome Bob a ele. Hoje, a soma das idades de Bob, Carla e Diana é 35 anos.

A diferença, em anos, entre as idades de Diana e Carla é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

22

Natália tem dez moedas de R\$ 0,25, dez moedas de R\$ 0,50 e dez moedas de R\$ 1,00. Ela foi a uma mercearia e quer pagar R\$ 9,75 com as moedas que ela tem.

O maior número de moedas que ela pode usar para pagar esse valor é:

- (A) 15;
- (B) 17;
- (C) 18;
- (D) 20;
- (E) 21.

23

Considere o conjunto dos números naturais de 2 até 20:

$$\{2, 3, 4, 5, \dots, 18, 19, 20\}$$

O número de pares ordenados que podem ser formados com os elementos desse conjunto, de tal forma que as primeiras coordenadas (abscissas) sejam números pares e maiores do que as segundas coordenadas (ordenadas) correspondentes é:

- (A) 120;
- (B) 100;
- (C) 90;
- (D) 80;
- (E) 60.

24

Joana gastou 30% da sua mesada comprando chocolates e 40% do que sobrou comprando livros.

Da sua mesada total, Joana ainda tem:

- (A) 28%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 42%;
- (E) 54%.

25

Sabe-se que a sentença:

“Se a camisa é preta e a calça é branca, então o cinto é marrom ou o sapato é marrom” é FALSA.

É correto afirmar que:

- (A) Se o cinto é marrom, então o sapato é marrom;
- (B) Se o sapato não é marrom, então a camisa não é preta;
- (C) Se a calça é branca, então o sapato é marrom;
- (D) Se a camisa é preta, então a calça não é branca;
- (E) Se a camisa é preta, então o cinto é marrom.

26

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, é lançado duas vezes consecutivas. Sabe-se que no primeiro lançamento saiu um número maior do que 4.

A probabilidade de que a soma dos dois números sorteados seja maior do que 8 é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{2}{3}$;
- (C) $\frac{5}{8}$;
- (D) $\frac{7}{12}$;
- (E) $\frac{9}{16}$.

27

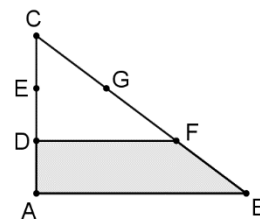
Uma impressora deve imprimir os relatórios personalizados de todos os clientes de certa corretora. A impressão de cada um demora 24 segundos e a corretora possui 1.200 clientes.

Trabalhando continuamente, a impressora realizará todo o trabalho em:

- (A) 7 horas e meia;
- (B) 7 horas e 40 minutos;
- (C) 8 horas;
- (D) 8 horas e meia;
- (E) 9 horas.

28

Na figura abaixo, o triângulo ABC é retângulo em A.



O lado AC está dividido em 3 partes iguais pelos pontos D e E; o lado BC está dividido em 3 partes iguais pelos pontos F e G.

São dados $AB = 18$ cm e $AC = 12$ cm.

A área do quadrilátero ABFD, em cm^2 , é:

- (A) 42;
- (B) 45;
- (C) 48;
- (D) 60;
- (E) 72.

29

Duas máquinas funcionam continuamente. Uma delas necessita de vistoria a cada 15 dias e a outra necessita de vistoria a cada 25 dias.

As duas máquinas foram vistoriadas no dia 1º de março.

O próximo dia em que as máquinas receberão vistoria simultaneamente será:

- (A) 9 de abril;
- (B) 19 de abril;
- (C) 2 de maio;
- (D) 14 de maio;
- (E) 15 de maio.

30

Um morro foi cortado para a construção de uma estrada e 12 caminhões trabalharam durante 24 dias para transportar toda a terra para um aterro próximo.

Se 18 caminhões tivessem sido usados para esse trabalho, o transporte de toda a terra teria sido realizado em:

- (A) 16 dias;
- (B) 18 dias;
- (C) 20 dias;
- (D) 30 dias;
- (E) 36 dias.

31

A roda de certa bicicleta tem 60 cm de diâmetro externo. A bicicleta tem um contador de voltas, ou seja, um aparelho que registra o número de voltas dadas pela roda em determinado percurso. Jair testou essa bicicleta e fez um percurso onde o contador registrou 500 voltas da roda.

Considere a aproximação $\pi = 3,14$.

A distância percorrida por Jair nesse teste foi de, aproximadamente:

- (A) 840 m;
- (B) 940 m;
- (C) 1060 m;
- (D) 1120 m;
- (E) 1200 m.

32

Os corredores A e B são tais que a velocidade de A é 50% maior que a velocidade de B. Em uma pista, B está 120 m à frente de A e, juntos, iniciam uma corrida com A perseguindo B.

A distância que o corredor A percorrerá até alcançar B é:

- (A) 240 m;
- (B) 300 m;
- (C) 320 m;
- (D) 360 m;
- (E) 480 m.

Legislação

33

Maria, que foi ofendida em sua honra por Antônia, almejava a responsabilização penal de sua ofensora. Considerando que, de acordo com a sistemática legal vigente, a hipótese é de ação penal privada, Maria procurou um órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e solicitou o ajuizamento da referida ação.

Na ocasião, o defensor público informou corretamente a Maria que o patrocínio da ação almejada:

- (A) exige a realização de uma acusação, o que é vedado à Defensoria Pública;
- (B) exige a realização de uma acusação, o que, na generalidade dos casos, é função institucional da Defensoria Pública;
- (C) depende de autorização expressa do Conselho Superior da Defensoria Pública, considerando o interesse público envolvido;
- (D) somente é possível caso Antônia não seja hipossuficiente, pois, nesse caso, é vedado que a Defensoria Pública realize a acusação e a defesa em uma mesma relação processual;
- (E) está inserido entre as funções institucionais da Defensoria Pública, o mesmo ocorrendo com a ação penal privada subsidiária da pública, mas não com a ação penal pública.

34

ZZ, que ocupa o cargo de defensor público no Estado do Rio Grande do Sul há dez anos, foi procurado em sua residência por João, pessoa muito abastada e que estava sendo acusado de ser o autor de um crime de homicídio. Na ocasião, João solicitou que ZZ fosse o seu advogado.

ZZ respondeu, corretamente, que:

- (A) poderia ser o advogado de João, considerando a natureza da acusação;
- (B) poderia ser o advogado de João, caso fosse designado pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- (C) não poderia ser o advogado de João, pois não estava caracterizado o exercício de uma atribuição institucional da Defensoria Pública;
- (D) poderia ser o advogado de João, pois compete aos defensores públicos defender quaisquer pessoas acusadas da prática de crimes;
- (E) não poderia ser o advogado de João, pois é vedado aos defensores públicos, em razão da grave afronta aos direitos humanos, defenderem os réus dos crimes de homicídio.

35

XX, defensora pública do Estado do Rio Grande do Sul, sofreu representação disciplinar na qual foi narrada a alegada prática de falta funcional punida com a sanção de advertência.

Nesse caso, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 11.795/2002, é correto afirmar que a falta funcional:

- (A) deve ser apurada em sede de correição;
- (B) deve ser apurada em sede de sindicância;
- (C) deve ser apurada em sede de processo administrativo disciplinar sumário;
- (D) deve ser apurada em sede de processo administrativo disciplinar ordinário;
- (E) por ter menor potencial ofensivo, não será objeto de investigação a ser instaurada em desfavor de XX.

36

No período imediatamente anterior à alteração da composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Joana, servidora da instituição, foi instada, por seu superior hierárquico, a adotar determinadas providências relacionadas a essa alteração, o que suscitou dúvidas em relação à composição do colegiado.

Ao fim de suas reflexões, Joana concluiu, corretamente, que o referido órgão:

- (A) conta com uma paridade de membros natos e de membros eleitos;
- (B) é formado pelos defensores públicos ativos e estáveis mais antigos na carreira;
- (C) conta com membros natos e membros eleitos, sendo que estes constituem a maioria;
- (D) conta com membros natos e membros eleitos, sendo que aqueles constituem a maioria;
- (E) é formado pelos agentes que ocupam os cargos de defensor público-geral, subdefensor público-geral, corregedor-geral e ouvidor-geral.

37

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, foi deslocado, com o respectivo cargo, de uma entidade da administração indireta, dessa estrutura de poder, para outra entidade, também da administração indireta e da mesma estrutura de poder, com planos de cargos e vencimentos idênticos.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar estadual nº 10.098/1994, João foi submetido à:

- (A) redistribuição;
- (B) readaptação;
- (C) transposição;
- (D) substituição;
- (E) remoção.

38

João, ocupante do cargo de provimento efetivo de técnico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, consultou a legislação vigente para se inteirar da relevância dos conceitos de padrão e classe na perspectiva da carreira em que está inserido, Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que a carreira é composta por:

- (A) classes, sendo cada qual constituída por padrões, e a movimentação entre as primeiras caracteriza a promoção, e a transição entre os últimos, a progressão;
- (B) classes, sendo cada qual constituída por padrões, e a movimentação entre as primeiras caracteriza a progressão, e a transição entre os últimos, a realocação;
- (C) padrões, sendo cada qual constituído por escalas de vencimentos, de modo que a transição entre os primeiros caracteriza a progressão, e a movimentação entre as últimas, a promoção;
- (D) classes, sendo cada qual constituída por escalas de vencimentos, de modo que a transição entre as primeiras caracteriza a transposição, e a movimentação entre as últimas, a promoção;
- (E) padrões, sendo cada qual constituído por classes, e a movimentação entre os primeiros, conforme critérios de antiguidade e merecimento, caracteriza a promoção, e a transição entre as últimas, o interstício.

39

Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, questionou suas colegas de trabalho a respeito dos requisitos a serem preenchidos, da forma de nomeação e da remuneração do ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Ana esclareceu que esse agente é nomeado pelo defensor público-geral, a partir de escolha realizada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública. Gislene, por sua vez, afirmou que somente poderiam integrar a lista triíplice integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo. Esther, por fim, defendeu que o ouvidor-geral seria remunerado por subsídio correspondente ao de defensor público do Estado do Rio Grande do Sul da classe final.

Considerando a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 13.536/2010, é correto afirmar, em relação às assertivas de Ana, Gislene e Esther, que:

- (A) todas estão erradas;
- (B) apenas a de Ana está certa;
- (C) apenas a de Esther está certa;
- (D) apenas as de Ana e Gislene estão certas;
- (E) apenas as de Gislene e Esther estão certas.

40

No âmbito do Estado Alfa, determinada sociedade empresária, que oferecia o fretamento de ônibus para fins de transporte coletivo destinado à população de baixa renda, locou diversos veículos que se encontravam em condições precárias. Por tal razão, esses veículos se envolveram em acidentes que acarretaram a morte de diversas pessoas. Sensibilizado pelo clamor público e convicto da necessidade de responsabilização dos autores, o governador do Estado Alfa, em coletiva de imprensa, informou que colocaria a Defensoria Pública em regime de plantão especial, de modo a atender, com a maior celeridade possível, os familiares das vítimas, com o correlato ajuizamento das ações de reparação de danos.

À luz da sistemática constitucional, a narrativa acima se mostra:

- (A) certa, considerando que o governador do Estado deve definir as grandes linhas das políticas públicas a serem adotadas no território estadual;
- (B) certa, considerando que o governador do Estado ocupa a chefia do Poder Executivo, tendo ascendência hierárquica sobre as estruturas orgânicas que integram esse Poder;
- (C) certa, considerando que a Defensoria Pública, embora tenha autonomia funcional, carece de autonomia administrativa, estando sujeita às diretrizes estabelecidas pelo governador do Estado;
- (D) errada, pois a atuação da Defensoria Pública é primordialmente direcionada à tutela coletiva dos interesses indisponíveis, não à tutela individual de interesses disponíveis;
- (E) errada, pois a autonomia administrativa da Defensoria Pública afasta qualquer ingerência do governador do Estado em relação à organização e à alocação dos recursos humanos dessa instituição.

Conhecimentos Específicos

41

Com o objetivo de prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, a NR 05 estabelece os parâmetros e os requisitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA). Segundo essa norma:

- (A) é de responsabilidade da organização a verificação dos ambientes e das condições de trabalho, visando identificar situações que possam trazer riscos para a segurança e a saúde dos trabalhadores;
- (B) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão designados pela organização;
- (C) o mandato dos membros eleitos da Cipa terá a duração de um ano, permitida uma reeleição;
- (D) a organização deve escolher o representante nomeado e os membros da Cipa, titulares e suplentes, que já possuam treinamento compatível antes da posse;
- (E) uma organização com 17 empregados deve constituir uma Cipa com um membro efetivo e um suplente.

42

As características psicofisiológicas dos trabalhadores devem ser levadas em consideração para a correta adaptação das condições de trabalho.

As diretrizes para essa integração são dadas pela NR 17, a qual prevê que:

- (A) a avaliação ergonômica preliminar das situações de trabalho deve ser registrada pela CIPA;
- (B) o microempreendedor individual (MEI) não é obrigado a elaborar a Análise Ergonômica do Trabalho (AET);
- (C) os meios técnicos facilitadores devem ser implantados após sua inclusão no Programa de Gerenciamento de Riscos;
- (D) em todos os locais e situações de trabalho deve haver iluminação natural;
- (E) em ambientes climatizados, a faixa de temperatura do ar deve estar compreendida entre 20 e 28°C.

43

A NR 09 é a norma que regula a avaliação e a prevenção das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos. Nesses termos, é previsto que:

- (A) uma ferramenta manual vibratória que produz acelerações de 1 m/s^2 nas mãos dos operadores deve informar junto às suas especificações técnicas a vibração emitida;
- (B) o Programa de Gerenciamento de Riscos deve avaliar as Vibrações em Mãos e Braços (VMB), as Vibrações de Corpo Inteiro (VCI) e as Vibrações de Cabeça e Pescoço (VCP);
- (C) se o nível de exposição ocupacional ao calor for excedido, a organização deve providenciar um local climatizado, com temperatura entre 15 e 20°C;
- (D) a realização de treinamentos periódicos anuais específicos é um tipo de medida de prevenção à exposição ocupacional ao calor;
- (E) o nível de ação para a avaliação da exposição ocupacional diária à vibração de cabeça e pescoço corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de $2,5 \text{ m/s}^2$.

44

Na indústria da construção, a NR 18 norteia a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho.

Nesse contexto normativo, entende-se que:

- (A) é permitido reutilizar contêiner, originalmente utilizado para transporte de cargas, em áreas de vivência;
- (B) é permitida a construção de vaso sanitário (gabinete sanitário) em um local com área de $1,5 \text{ m}^2$;
- (C) deve ser instituído um ambulatório em canteiro de obras com 20 trabalhadores ou mais;
- (D) é permitido o uso de três ou mais camas na mesma vertical, desde que a altura livre entre uma cama e outra e entre a última e o teto seja de, no mínimo, um metro;
- (E) o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) é obrigado a ser confeccionado em estabelecimentos com 10 trabalhadores ou mais.

45

No dimensionamento do número de lavatórios, vasos sanitários, mictórios e chuveiros de um canteiro de obras composto por 132 trabalhadores, deve-se considerar, segundo a NR 18, a instalação de, no mínimo:

- (A) 7 lavatórios, vasos sanitários e mictórios; e 14 chuveiros;
- (B) 7 lavatórios, vasos sanitários, mictórios e chuveiros;
- (C) 14 lavatórios, vasos sanitários, mictórios e chuveiros;
- (D) 14 lavatórios, vasos sanitários e mictórios; e 7 chuveiros;
- (E) 13 lavatórios, vasos sanitários e mictórios; e 7 chuveiros.

46

Os dispositivos de interrupção de energia elétrica que permitem que um usuário desligue as mesmas lâmpadas que iluminam sua sala de estar a partir de dois lugares diferentes são os interruptores:

- (A) duplos;
- (B) simples;
- (C) paralelos;
- (D) sequenciais;
- (E) intermediários.

47

A modalidade de licitação que é prevista na Lei nº 8.666/1993 mas que é proibida na Lei nº 14.133/2021, é o(a):

- (A) concorrência;
- (B) diálogo competitivo;
- (C) leilão;
- (D) tomada de preços;
- (E) concurso.

48

Um custo indireto que faz parte do cálculo do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) em obras públicas é o(a):

- (A) aquisição de materiais de construção;
- (B) pagamento de mão de obra;
- (C) pagamento de contas de água e de luz do canteiro da obra;
- (D) aquisição de combustível para equipamentos de terraplenagem;
- (E) pagamento de impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

49

Quando realizamos manutenção em um banheiro, o dispositivo que é necessário acionar para interromper completamente a vazão de água de uma rede e dos seus ramais e sub-ramais de alimentação é denominado:

- (A) válvula de pé com crivo;
- (B) registro de gaveta;
- (C) ducha higiênica;
- (D) registro de pressão;
- (E) válvula de retenção.

50

Na manutenção de um banheiro de uma residência, em que você precise trocar um ramal de descarga que liga um vaso sanitário isolado a um tubo de queda ou a uma caixa de inspeção, será necessário um tubo que tenha diâmetro nominal igual a:

- (A) 100 mm;
- (B) 88 mm;
- (C) 75 mm;
- (D) 50 mm;
- (E) 40 mm.

51

A locação da obra é uma etapa fundamental na construção de um empreendimento para assegurar que a obra seja realizada na posição e de acordo com orientações corretas. Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A equipe de topografia deve estabelecer a referência de nível e os marcos para o alinhamento e orientação da obra após a execução do gabarito de tábuas corridas e antes da limpeza do terreno.
- II. O cavalete é uma estrutura de madeira utilizada na locação de obras de pequeno porte ou quando não é possível montar o gabarito, como, por exemplo, na construção de rede de água ou esgoto.
- III. O gabarito de tábuas corridas é executado por carpinteiro e ajudante, utilizando peças de madeira não aparelhadas e fixadas no terreno internamente, com as tábuas dispostas a cerca de 1,0 m para dentro do perímetro da obra.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

52

Sapata é um elemento de fundação rasa (direta ou superficial), executado em concreto armado, muito utilizado na construção de casas e edifícios.

Sobre os procedimentos de execução das sapatas, é correto afirmar que:

- (A) caso se utilizem equipamentos mecânicos para a escavação das cavas, deve-se paralisar a escavação 30 cm abaixo da cota de assentamento;
- (B) as sapatas devem ser apoiadas sobre o solo, não podendo ser assentes sobre rocha;
- (C) o fundo da cava da sapata deve ser regularizado com lastro de concreto não estrutural, com espessura mínima de 5 cm;
- (D) após o preenchimento da cava com concreto, inicia-se a extração do revestimento;
- (E) após a pega do concreto da sapata, deve ser procedido o reaterro compactado da cava.

53

Considerando os procedimentos de preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto de cimento Portland, é correto afirmar que:

- (A) os vazios de ar não intencionalmente introduzidos no concreto são denominados ar incorporado;
- (B) concreto fresco é o concreto que se encontra no estado sólido, mas que foi lançado e adensado nas últimas 48 horas;
- (C) concreto leve é o concreto com massa específica seca compreendida entre 2 000 kg/m³ e 2 800 kg/m³;
- (D) exemplar é o elemento da amostra ou lote de concreto constituído por um único corpo de prova, para cada idade de ensaio;
- (E) as etapas de preparo do concreto são: caracterização dos materiais componentes, estudo de dosagem, ajuste e comprovação do traço, e elaboração do concreto.

54

A extremidade de uma viga de aço laminado perfil W (abas paralelas) foi soldada a uma chapa de aço chumbada em um pilar de concreto armado. A soldagem foi realizada por arco elétrico com eletrodo revestido (SMAW), unindo a alma da viga à chapa, constituindo uma ligação cuja seção possui um triângulo isósceles inscrito, com dois lados iguais ortogonais (pernas) de 5 mm.

A solda utilizada foi a:

- (A) de penetração total;
- (B) de penetração parcial;
- (C) de tampão;
- (D) de filete;
- (E) fria.

55

A classificação visual de uma peça de madeira baseia-se na hipótese de que as propriedades mecânicas da madeira diferem quando a madeira apresenta defeitos devido às características do crescimento, características essas que podem ser avaliadas a olho nu. Sobre a caracterização dos defeitos de medição nas peças de madeira para uso estrutural, é correto afirmar que:

- (A) a ocorrência de nós cariados, soltos ou vazados em uma peça é motivo de seu descarte para uso estrutural;
- (B) um conjunto de nós com fibras inclinadas em torno de cada nó deve ser medido como um nó individual;
- (C) o arqueamento é um empenamento da peça de madeira, configurando uma face côncava e outra convexa;
- (D) fissuras passantes são permitidas na parte intermediária da peça, desde que seu comprimento não exceda o dobro da largura da peça;
- (E) a inclinação das fibras é avaliada ao longo das faces e bordas da peça, na parte que apresentar a menor inclinação em relação ao eixo longitudinal.

56

O reservatório de água inferior é indispensável em edificações em que a concessionária da rede pública de distribuição de água potável não oferece pressão necessária para o abastecimento direto do reservatório elevado.

O conjunto de componentes destinado a bombear a água de um reservatório inferior para um reservatório superior é denominado:

- (A) barrilete;
- (B) ramal predial;
- (C) sistema de distribuição;
- (D) sistema de pressurização;
- (E) sistema de recalque.

57

O aterramento é uma medida de segurança que visa ao correto funcionamento dos equipamentos conectados à rede elétrica. Toda edificação deve dispor de uma infraestrutura de aterramento, denominada "eletrodo de aterramento".

Sobre o exposto, é correto afirmar que:

- (A) admite-se o uso de canalizações metálicas de água como eletrodo de aterramento de chuveiros elétricos;
- (B) o ressecamento do solo e a corrosão dos eletrodos não influem na resistência do aterramento;
- (C) é admitido o uso das próprias armaduras do concreto das fundações como eletrodo de aterramento;
- (D) é admitido o uso de vergalhões de aço de 10 mm de diâmetro diretamente cravados no solo como eletrodos de aterramento;
- (E) a seção mínima necessária para o eletrodo de aterramento em cabo de seção circular é a mesma utilizando-se cobre nu ou aço zincado.

58

As argamassas empregadas em revestimentos devem ser compostas de materiais com dosagens compatíveis com o acabamento e as condições de exposição previstas.

Acerca dos revestimentos de argamassas sobre paredes e tetos, é correto afirmar que:

- (A) os revestimentos de paredes internas devem apresentar espessura entre 5 e 20 mm;
- (B) os revestimentos de paredes externas devem apresentar espessura entre 20 e 50 mm;
- (C) o desvio de prumo do revestimento de paredes internas não pode exceder $H/10$, sendo H a altura da parede;
- (D) o desvio de nível do revestimento de teto não pode exceder $L/10$, sendo L o comprimento do maior vão;
- (E) as ondulações dos revestimentos não podem superar 10 mm em relação a uma régua com 2,0 m de comprimento.

59

O aglomerante hidráulico obtido pela moagem de clínquer Portland ao qual se adiciona, durante a operação, determinada quantidade de uma ou mais formas de sulfato de cálcio, e durante a moagem, materiais pozolânicos e carbonáticos, é denominado:

- (A) cal hidratada;
- (B) CP II – F;
- (C) CP II – E;
- (D) CP II – Z;
- (E) CP III.

60

Deseja-se executar uma argamassa de traço 1:8 (em massa de cimento e areia secos) utilizando-se areia com teor de umidade de 4%, inchamento de 20% e massa unitária seca de 1.600 kg/m^3 .

Dessa forma, para se obter a argamassa desejada aproveitando-se totalmente uma quantidade de 100 kg de cimento, deve-se utilizar um volume de areia úmida igual a:

- (A) 50 dm^3 ;
- (B) 500 dm^3 ;
- (C) 600 l;
- (D) $3,0 \text{ m}^3$;
- (E) $5,0 \text{ m}^3$.

61

Cinco blocos de concreto iguais, cada um com dimensões de 1,5 x 2,0 x 0,8 metros, deverão ser executados com concreto de traço 1:2:3 (em massa seca de cimento, areia e brita) e com consumo de cimento de $350,0 \text{ kg/m}^3$.

A massa de brita necessária para a execução do serviço é:

- (A) 12.600 kg;
- (B) 10.000 kg;
- (C) 6.300 kg;
- (D) 5.000 kg;
- (E) 2.100 kg.

62

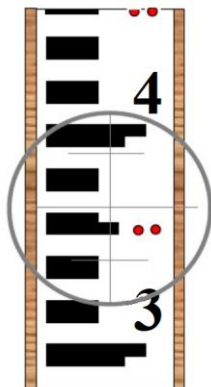
Aditivo para concreto é o produto adicionado e misturado ao concreto armado, concreto não armado e concreto protendido, preparados em central de concreto, plantas de pré-fabricados ou dosados em obra, com o objetivo de modificar suas propriedades.

Considerando as características e a nomenclatura dos diferentes aditivos, é correto afirmar que:

- (A) aditivos redutores de água tipo 1 (RA1) modificam a consistência do concreto, diminuindo o abatimento e a fluidez, sem alterar a quantidade de água;
- (B) aditivos redutores de água tipo 2 (RA2) são conhecidos comercialmente como aditivos superplastificantes, hiperplastificantes, entre outros;
- (C) redutor de permeabilidade (RP) é o aditivo que diminui a absorção capilar por efeito físico, quando a resistência à água sob pressão é limitada ou inexistente;
- (D) aditivos redutores de retração (RR) são conhecidos comercialmente por aditivos plastificantes, polifuncionais, multifuncionais, entre outros;
- (E) acelerador de pega (AP) é o aditivo que, ao reagir com cimento e água, produz hidróxido de cálcio e outros, levando à diminuição da rigidez da matriz argamassa.

Figura 1

Em um levantamento analítico, um topógrafo utilizou um teodolito analítico, estacionado em um ponto A. Realizou uma visada horizontal (perpendicular) na mira abaixo, localizada em um ponto B, obtendo a figura a seguir.



63

Observe os dados da figura 1.

Sabendo-se que o algarismo da casa dos milímetros foi estimado como 8, a leitura do fio superior na mira é igual a:

- (A) 1,238 m;
- (B) 2,388 m;
- (C) 2,538 m;
- (D) 3,638 m;
- (E) 3,658 m.

64

Observe os dados da figura 1.

Sabendo-se que o algarismo da casa dos milímetros da leitura do fio inferior também foi estimado como 8, a distância horizontal entre o ponto A e o ponto B é igual a:

- (A) 3,0 m;
- (B) 4,5 m;
- (C) 5,0 m;
- (D) 8,0 m;
- (E) 9,0 m.

65

Um topógrafo encarregado do projeto de uma ferrovia lançou um trecho reto do traçado em uma carta topográfica, representando-o por uma linha de 15 cm de comprimento.

Se o comprimento real da ferrovia é de 27 km, a escala dessa carta é:

- (A) 1 : 1.800;
- (B) 1 : 5.500;
- (C) 1 : 18.000;
- (D) 1 : 55.000;
- (E) 1 : 180.000.

66

O Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, a política urbana dispõe de alguns instrumentos como:

- I. desapropriação;
- II. imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- III. tombamento de mobiliário urbano.

São exemplos de institutos jurídicos e políticos:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

67

A Lei nº 6.766/1979 dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

Contudo, não será permitido o parcelamento do solo em alguns tipos de terrenos, EXCETO em:

- (A) alagadiços e sujeitos a inundações, sem a adoção de soluções para o escoamento das águas;
- (B) aterros com material nocivo à saúde pública, sem remediação prévia;
- (C) terrenos com declividade entre 10% e 30%;
- (D) terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- (E) áreas de preservação ecológica.

68

Portas e paredes envidraçadas, localizadas nas áreas de circulação, devem ser claramente identificadas com sinalização visual de forma contínua, para permitir a fácil identificação visual da barreira física.

Segundo a ABNR NBR 9050, a sinalização visual nas portas e paredes de vidro deve:

- (A) ser uma faixa contínua com no mínimo 60 mm de espessura, instalada a uma altura entre 1,20 m e 1,40 m em relação ao piso acabado;
- (B) ser descontínua, a uma altura do piso acabado entre 0,80 m e 0,90 m, e ter duas cores, com o mínimo de 30 pontos de contraste de valor de luz refletida (LRV) entre elas;
- (C) apresentar portas das paredes envidraçadas, de rotas acessíveis, emolduradas por faixa com largura mínima de 25 mm, de forma a evidenciar o local de passagem;
- (D) ser uma faixa contínua com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso acabado;
- (E) ser descontínua, composta por duas faixas com no mínimo 60 mm de altura, uma instalada entre 1,30 m e 1,40 m, e a outra entre 0,10 m e 0,30 m, em relação ao piso acabado.

69

Segundo a Lei nº 6.766/1979, constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente.

Se a conjuntura do ato não levar à qualificação desse crime, além de uma multa de 5 a 50 vezes o maior salário mínimo vigente no país, está prevista uma pena de:

- (A) reclusão, de um a quatro anos;
- (B) detenção, de três a seis anos;
- (C) reclusão, de dois a cinco anos;
- (D) detenção, de três a cinco anos;
- (E) reclusão, de um a cinco anos.

70

A norma ABNR NBR 9050, que trata de acessibilidade, também regula as vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência.

Segundo esse instrumento legal, as vagas citadas, além de estarem localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos e de terem piso regular e estável, devem ter o percurso até o acesso à edificação ou aos elevadores de no máximo:

- (A) 10 m;
- (B) 25 m;
- (C) 50 m;
- (D) 100 m;
- (E) 150 m.

Realização

